



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

“Questão Social” em tempos de crise do capital

DEBORA RODRIGUES SANTOS

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

RESUMO: Nosso objetivo é discutir a “questão social” no contexto da crise estrutural do capital. Para tanto, foi realizado um estudo teórico para compreender os fundamentos do modo de produção capitalista e as características da crise estrutural do capital e sua relação com a “questão social”. Podemos concluir que os fundamentos econômicos do modo de produção capitalista formam o conjunto de causalidades da “questão social”, e a partir deles podemos demarcar as raízes da “questão social” mediante a criação da superpopulação relativa e do pauperismo. Outra conclusão baseia-se na apreensão que o contexto atual permeado pela crise do capital explicita as manifestações da “questão social” no real. Portanto, a “questão social” diz respeito ao conjunto de expressões das contradições do sistema do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Capitalismo. Crise Estrutural.

ABSTRACT: Our goal is to discuss the "social question" in the context of structural crisis of capital. Thus, a theoretical study was conducted to understand the fundamentals of the capitalist mode of production and the characteristics of the structural crisis of capital and its relation to the "social question". We can conclude that the economic foundations of the capitalist mode of production form the causalities set of "social question," and from them we can demarcate the roots of the "social question" through the creation of relative surplus population and of pauperism. Another conclusion is based on the concern that the current context permeated by the crisis of capital explicit manifestations of "social question" in the real. Therefore, the "social question" refers to the set of expressions of the capital system's contradictions.

KEYWORDS: Social Issues. Capitalism. Structural crisis.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir a “questão social” no contexto da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Para tanto, inicialmente foi realizado um estudo teórico a partir da obra de Marx, mais precisamente do capítulo XXIII (A Lei Geral da Acumulação Capitalista) do volume I de *O capital* com o objetivo de compreender os fundamentos gerais do modo de produção capitalista e as causalidades da “questão social”. Em seguida, como esse texto pretende entender a “questão social” em tempos de crise estrutural do capital, realizamos um estudo do livro *Para além do capital* de Mészáros (principalmente os capítulos V e XVIII) para apreender as características da crise bem como dos limites absolutos do capital.

A categoria “questão social” é de suma importância para o debate do Serviço Social por ser entendida como sua base fundante enquanto profissão e “objeto” da sua intervenção profissional. Desse modo, alguns autores tem se destacado por tratarem teoricamente desta categoria, sendo que este debate é realizado por meio de diferentes interpretações. Numa perspectiva crítica se destacam Mariilda Iamamoto, José Paulo Netto e Edlene Pimentel.

Netto (2001) afirma que a expressão “questão social” surgiu para denominar o fenômeno do pauperismo que estava em evidência devido à industrialização iniciada na Inglaterra no final do século XVIII no estágio do capitalismo concorrencial. Para Netto (2001, p. 42), a pauperização “tratava-se de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida” que significava uma nova “dinâmica da pobreza”, pois houve uma generalização desta que crescia à medida que “aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Segundo Netto (Idem, p. 43), o fato da expressão “questão social” nomear o fenômeno do pauperismo deve-se aos seus

“desdobramentos sócio-políticos” considerando que os trabalhadores pauperizados por esse processo “não se conformaram com a sua situação” e, no contexto do século XIX, passaram a realizar diversos protestos, a exemplo da “violência luddista” e da “constituição das *trade unions*”, possibilitando “uma ameaça real às instituições sociais existentes”.

O referido autor também assevera que a partir da segunda metade do século XIX a “questão social” foi apropriada pelo pensamento conservador em suas duas vertentes: tanto pelo conservadorismo confessional como através do conservadorismo laico. Sobre isto, Netto (2001, p. 44) assinala que essas duas vertentes se complementam na perspectiva de uma “*uma reforma moral do homem e da sociedade*”.

Diante desses elementos conservadores, entendemos que nessa perspectiva a “questão social” deveria ser alvo de respostas que não objetivassem a sua solução, mas sim o seu atendimento limitado. Nesse sentido, tais respostas fazem parte de um projeto de enfrentamento conservador que realizavam reformas e ações assistenciais desenvolvidas pelo Estado e pela Igreja Católica numa perspectiva de aceitação e de naturalização da ordem societária vigente e dos seus fundamentos. Assim, não deveria haver questionamentos nem lutas de classes que visassem romper com essa forma de sociedade. Podemos dizer ainda que havia uma moralização da “questão social” voltada para a harmonia entre as classes em busca de um consenso social com a perspectiva de reduzir os espaços para lutas revolucionárias da classe trabalhadora, tampouco para a possibilidade de transformação social baseada no socialismo. Desse modo, existia uma despolitização dos trabalhadores para manter a ordem social. Ainda sobre isto, entendemos que essa moralização diz respeito também a reatualização de princípios tradicionais como a manutenção da propriedade privada e do bem comum, promovendo ainda a individualização da “questão social”, onde os indivíduos são responsabilizados pelos “problemas sociais” por eles vividos numa direção moral psicologizante e de ajustamento social. Nesse sentido, não é a sociedade que deve ser alterada, mas as características dos indivíduos que devem se integrar à sociedade, ocultando-se as reais determinações e causas desses “problemas sociais”.

Essa ideologia conservadora perdeu a hegemonia no campo das idéias somente com o quadro de efervescência política da Revolução de 1848 que possibilitou a emergência do pensamento revolucionário permitindo pensar o conjunto de causalidades da “questão social” a partir do processo de produção do capital analisada por Marx na lei geral da acumulação capitalista. Em conformidade com essa teoria, Netto (Ibdem, p. 45) elucida que o “desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’” tendo em vista que “sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante”. Nessa percepção, a “questão social” é determinada pela exploração do trabalho que reside na relação capital *versus* trabalho que também está relacionada com aspectos históricos, políticos, sociais, culturais, entre outros.

É imperativo concordar com Netto (Ibdem, p. 46) quando afirma que a supressão da “questão social” só é possível com a supressão do modo de produção capitalista, pois a exploração realizada nesse sistema “se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam [...] suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social”. Dessa forma, é possível a existência de outra forma de sociabilidade que produza riquezas sem se basear na forma de organizar o trabalho fundamentada na exploração e que, portanto, não gere a “questão social” e suas particularidades da ordem capitalista que provoca uma “escassez produzida socialmente” resultante da “contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)”.

Por sua vez, lamamoto (2001, p. 10) salienta que a análise da “questão social” é “indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários”. Assim, só é possível compreender a “questão social” através dos elementos do processo de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, lamamoto (Idem, p. 10) assevera que a “questão social” é “parte constitutiva das relações capitalistas” e representa a “expressão ampliada das desigualdades sociais” nos marcos do modo de produção capitalista. Dessa forma, lamamoto (Ibdem, p. 17) identifica que a “questão social” expressa “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais”.

Sendo assim, a “questão social” elucida desigualdades entre as classes sociais na sociedade capitalista que, por sua vez, também são permeadas por particularidades regionais, de gênero, geracionais e étnicas. Acreditamos que estas desigualdades se agravam significativamente com o desenvolvimento do capitalismo.

Em consonância com o pensamento de Marx, a referida autora compreende os determinantes do processo de acumulação do capital, do crescimento da superpopulação relativa e do pauperismo a partir da lei geral da acumulação capitalista. Nesse direcionamento elucida que a gênese “material” da “questão social” localiza-se “no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (lamamoto, 2001, p. 16-17). Mais adiante, a referida autora considera a

origem da “questão social” também como um aspecto político decorrente da

[...] emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Ao abordar sobre o aspecto político da “questão social”, Iamamoto a insere no âmbito das lutas sociais e “conquistas” dos trabalhadores que reclamam a intervenção do Estado por meio da prestação de serviços e políticas sociais consoantes com os direitos sociais. No entanto, consideramos que é preciso entender a “questão social” para além dos aspectos políticos e sociais da sua emergência e do seu enfrentamento, mas também se referindo aos seus fundamentos materiais localizados no processo de acumulação capitalista.

De outro modo, Pimentel (2007, p. 21) realizou uma interpretação crítico-radical da “questão social” a partir da sua relação com o pauperismo, aprofundando a respeito das bases materiais “da manifestação da pauperização do trabalhador no interior do processo de produção capitalista”. Para tanto, a autora se utilizou dos referenciais de Marx para compreender “as raízes materiais e humano-sociais” da “questão social” na essência do processo de expansão e acumulação do capital que gera as contradições do sistema capitalista e torna possível o crescimento da pobreza mediante o crescimento da riqueza, originando o pauperismo e a “questão social”, fazendo uma análise da lei geral da acumulação capitalista.

A citada autora também estudou o sistema do capital a partir da obra de Mézáros argumentando que a pauperização e suas expressões fazem parte do conteúdo dos limites absolutos do capital. Dessa maneira, Pimentel (Idem, p. 89) enfatiza que existem “conseqüências devastadoras geradas pela ativação desses limites absolutos manifestas na desigualdade social e na pauperização dos trabalhadores”, a exemplo do desemprego, da fome, da pobreza, da insegurança do trabalho, da precarização e flexibilidade do trabalho. A autora demarca que o capital tem sido incapaz de administrar suas próprias contradições internas num contexto em que a estabilidade social é minada pelo desemprego. Assim, essas questões estão explicitando a destrutividade do capital e os problemas da continuidade desse sistema. Diante disso, Pimentel (Idem, p. 132) entende que “ao expor os limites absolutos do capital, Mézáros acaba por revelar expressões da ‘questão social’ nos dias de hoje, quando analisa, a partir da crise estrutural do capital, a ativação dos limites absolutos do capital e suas formas de expressão na atualidade”.

A “questão social” diz respeito ao conjunto de expressões das contradições do sistema do capital (econômicas, sociais, políticas). Dessa forma, no primeiro item deste artigo estudamos os fundamentos do modo de produção do capital para entender as causalidades da “questão social”. Já no segundo item, apresentamos os elementos da crise do capital e dos seus limites absolutos para compreender a “questão social” na atualidade e sua relação com a crise do capital.

Os fundamentos gerais da lei geral da acumulação capitalista

A lei absoluta do modo de produção capitalista é a “produção de mais-valia ou geração de excedente”. Marx explicou que a lei da produção capitalista significa a relação estabelecida entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, ou seja, entre o mais-trabalho e o trabalho necessário. Esta lei possibilita entender que a “sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho” que poderia trazer problemas para a “reprodução continuada da relação do capital e sua reprodução em escala sempre ampliada” (Idem, p. 193).

Na particularidade desse modo de produção o valor gerado pelo trabalho do homem explorado não se realiza para responder as suas próprias necessidades, mas sim as necessidades de valorização do capital.

A acumulação do capital é impulsionada pelo crescimento da produtividade do trabalho que se transforma na sua “mais poderosa alavanca”. O capital consegue aumentar a taxa de mais-valia conforme o aumento da produtividade do trabalho, ou seja, do maior dispêndio de trabalho do homem. Assim, o capitalista consome mais produtivamente a força de trabalho através da intensificação do trabalho, o que promove a potencialização da exploração da força de trabalho.

O processo de generalização da maquinaria possibilitou o grande aumento de trabalho, a intensificação da exploração do trabalho e a produtividade, que, em contrapartida, ocorre à custa da redução significativa do número de trabalhadores, do capital variável. Por conseguinte, o resultado desses fatores é uma alteração na composição técnica do capital a partir do crescimento da parte constante do capital em detrimento da parte variável, ou seja, ocorre uma mudança na composição dos componentes materiais do capital onde a “componente variável se torna cada vez menor comparada à constante” (Marx, 1985b, p. 196).

O desenvolvimento da acumulação do capital provém da elevação da produção de mais-valia resultante de maior

exploração da força de trabalho, da sua maior produtividade. Assim, revela o pressuposto do modo de produção capitalista que corresponde a “certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias” (Idem, p. 195). Dessa forma, o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorre a partir da acumulação do capital. Destarte, o aumento desta acumulação causa a mudança na composição do capital, na proporção entre capital constante e capital variável.

Portanto, elucida-se uma contradição inerente ao modo de produção capitalista: quanto maior a acumulação de capitais, quanto menor a demanda de trabalho. Desse modo, a nova composição do capital “repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele”.

Marx (Idem, p. 199) ressalta que diante da aceleração do crescimento do capital o decréscimo relativo do capital variável aparece inversamente “como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação”. Não obstante, a acumulação gera constantemente “uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária”, em outras palavras, uma população trabalhadora excedente que se constitui num “exército industrial de reserva disponível” que pertence ao capital, proporcionando-lhe “o material humano sempre pronto para ser explorado”. Assim, diante das “oscilações do ciclo industrial” a superpopulação tem uma função essencial para a reprodução do ciclo do capital.

Nas palavras de Marx, a superpopulação é

[...] criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados (MARX, 1985b, p. 201).

Dessa maneira, a criação da superpopulação excedente relaciona-se com a inserção de métodos e técnicas para aumentar a produção e, por conseguinte, proporciona uma redução de trabalhadores na produção capitalista em virtude do aumento de trabalho excedente extraído da parcela dos trabalhadores que se encontra inserida no processo de trabalho.

O objetivo central aqui é aumentar a extração de trabalho, ou seja, aumentar o “índice de mais trabalho” extraído de um “número igual ou até decrescente de trabalhadores” o que possibilita um acréscimo de capital variável sem aumentar o número de trabalhadores ocupados. Assim, o modo de produção capitalista pretende explorar mais os trabalhadores de forma extensiva ou intensiva bem como se apropriar de uma maior quantidade de forças de trabalho, a exemplo do trabalho feminino, do trabalho infantil e do trabalho desqualificado. Nessas configurações entendemos que o exército industrial de reserva aumenta em virtude da quantidade de mais-valia (sobretalho) extraída do segmento dos trabalhadores ocupados. O sistema do capital é tão perverso e contraditório que ao passo que acumula riquezas com o sobretalho submete “uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada”. Concomitantemente, ocorre uma aceleração da “produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social” (Idem, p. 203).

Há que se destacar que a superpopulação relativa tem a função de regular os movimentos gerais do salário através da sua expansão e da sua contração em consonância com a fase do ciclo do capital. Para Marx (Ibidem, p. 206), os trabalhadores ocupados do exército ativo são forçados a “porem mais trabalho em ação” mediante “a pressão dos desocupados”. Desse modo, a superpopulação relativa é “o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta”, sendo capaz de reduzir o “raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital”.

Marx define três formas em que a superpopulação relativa se manifesta. A primeira delas ele denomina de *superpopulação relativa fluente* que “cresce com o tamanho da indústria”, onde os “trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção” numa razão decrescente da produção. Marx (Idem, p. 207) salienta que com a introdução da maquinaria apenas “um número muito reduzido continua sendo empregado no mesmo ramo de atividade, enquanto a maioria é regularmente demitida”.

A *superpopulação relativa latente* relaciona-se com o impacto da entrada do capitalismo na agricultura que se fundamenta na redução da “demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto”. Este fato faz com que este segmento busque melhores condições de trabalho na zona urbana e ocasione uma “contínua superpopulação latente no próprio campo” que está “sempre com um pé no pântano do pauperismo” (Ibidem, p. 207-208).

A *superpopulação relativa estagnada* é formada pela parte do exército ativo de trabalhadores que está em situação de trabalho irregular. Dessa maneira, disponibiliza “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” ao capital, incluindo os desempregados e àqueles que fazem parte de “ramos industriais decadentes” (Ibidem, p. 208).

Mais adiante, Marx (1985b, p. 208) discorre sobre o *pauperismo*, que segundo ele é o “mais profundo sedimento da

superpopulação relativa” e se divide em três grupos: os aptos para o trabalho; os órfãos e as crianças indigentes; e os incapazes para o trabalho. Nesse direcionamento, Marx (Idem, p. 209) assegura que o pauperismo “constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e peso morto do exército industrial de reserva”.

A produção do pauperismo está “incluída na produção da superpopulação relativa”. Destarte, a necessidade do pauperismo está contida na necessidade da superpopulação relativa, que impulsiona a acumulação. Nas palavras de Marx (Ibidem, p. 209) “ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”. Nesse direcionamento, Pimentel (2007, p. 50) afirma que “a pauperização compõe a lógica perversa desse processo de acumulação capitalista”.

Nesse processo, Marx explicita a *lei absoluta geral da acumulação capitalista* que se fundamenta sob as configurações abaixo:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (MARX, 1985b, p. 209).

Segundo Pimentel (2007, p. 52), “esse pauperismo se constitui naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública”. A referida autora constata que a essência desse pauperismo encontra-se na base econômica da sociedade capitalista e nas suas contradições.

O modo de produção capitalista é regido pelo princípio da acumulação que se realiza na exploração de trabalhadores que ao gerarem riquezas para os capitalistas reproduzem a exponenciação da própria pobreza, nunca vista em formas de sociedade anteriores que apenas vivenciaram a pobreza advinda da escassez e do baixo desenvolvimento das forças produtivas.

Este é o caráter antagônico da produção capitalista, onde a acumulação de riquezas – do capital – origina a acumulação de miséria. Sobre isto, diz Marx:

A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1985b, p. 210).

Nesses marcos, as necessidades dos trabalhadores são ajustadas e direcionadas às necessidades da valorização do capital oriundas da criação da superpopulação relativa e da crescente miséria dos trabalhadores considerados “supérfluos” pelo capital e que, por sua vez, continuam “disponíveis” a esse sistema que ao se reproduzir acumulando capital torna constante a existência do pauperismo.

A maior adversidade desse sistema é apropriar-se do trabalho de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para gerar mais-trabalho para aqueles que compram sua força de trabalho. Estes se valem de todas as possibilidades para extrair e consumir cada vez mais a força produtiva da classe trabalhadora, subordinando-a ao seu poder. Segundo Marx (1985b, p. 209), a produção capitalista mutila o “trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina” e faz a condição desse trabalhador piorar cada vez mais expressando um forte empobrecimento.

Portanto, esses fundamentos econômicos do modo de produção capitalista formam o conjunto de causalidades da “questão social”, a partir deles podemos demarcar as raízes da “questão social” mediante a criação da superpopulação relativa e em sua decorrência o pauperismo, uma das suas primeiras expressões. Nesse âmbito, não poderíamos deixar de ressaltar os aspectos políticos que possibilitaram a emergência da “questão social” na sociedade capitalista madura. Nesse sentido, corroboramos com Pimentel (2007, p. 44) que ao analisar a “questão social” salienta que as suas raízes foram evidenciadas no “aspecto propriamente essencial de natureza econômica da produção” e “no aspecto relativo às reações dos trabalhadores politicamente organizados em busca de uma unidade entre empregados e desempregados”. A referida autora faz uso dessa argumentação a partir da obra de Marx quando este filósofo discorre sobre o momento

em que os trabalhadores percebem os determinantes econômicos da produção e passam a reagir politicamente enquanto classe operária.

Para Marx (1985b, p. 206) tal momento aconteceu quando os trabalhadores tomaram consciência que “na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia” e que com a apropriação privada dessa acumulação de riquezas a situação dos trabalhadores torna-se “cada vez mais precária”, evidenciando um panorama de miséria, pobreza, desemprego, péssimas condições de vida e violência decorrentes da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo na Europa no final do século XIX. Nesse cenário, os trabalhadores unem-se politicamente e “procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências daquela lei natural da produção contra a sua classe”. Tal organização política dos trabalhadores questiona a ordem estabelecida e ocasiona a insatisfação da classe dominante que não admite a perturbação dos fundamentos da produção capitalista e da “a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista”. Assim, passam a intervir coercitivamente na criação do exército industrial de reserva. Nesse sentido, Santos & Costa (2006, p. 8) asseveram que a “questão social emerge no decorrer da luta operária, e a sua explicitação para o conjunto da sociedade se verifica por intermédio das lutas sociais urbanas”. Tais lutas “têm como principais protagonistas a classe operária, a burguesia industrial e um Estado que se recusa a intervir no problema” inicialmente.

Diante dos elementos estudados neste item, podemos concluir que “questão social” é determinada pela lei geral da acumulação capitalista, cujo efeito é o crescimento da pauperização dos trabalhadores mediante o crescimento da riqueza produzida socialmente. Esse quadro se agrava com o desenvolvimento do capitalismo e dos seus ciclos econômicos que culminam na crise do capital que promovem profundas conseqüências para a “questão social” no contexto contemporâneo. Nesse sentido, segundo Netto & Braz (2006, p. 139) a “questão social” “ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças”. Dessa maneira, no capitalismo contemporâneo a “questão social” manifesta-se em maiores proporções e, com isso, verificamos que os efeitos da lei geral da acumulação capitalista se desenvolvem num cenário de maior pauperização dos trabalhadores e de outros problemas sociais daí decorrentes devido à crise estrutural do capital e a ativação dos seus limites absolutos.

Nessa direção, consideramos que há uma relação entre a lei geral da acumulação capitalista, a “questão social” e a crise do capital. No próximo item buscamos entender as características da crise estrutural do capital, da ativação dos limites absolutos do capital e suas implicações para a “questão social” em tempos de crise.

A crise estrutural do capital e a “questão social” na atualidade

Como já foi explicado no item anterior, o modo de produção capitalista fundamenta-se na produção da mais-valia que gera a acumulação de riquezas. Na mesma direção de Marx, Mészáros (2009, p. 99) entende que o sistema do capital tem sua *raison d'être* na “extração máxima do trabalho excedente dos produtores”. Nesse sentido, o sistema do capital baseia-se na “expansão” e é movido pela “acumulação”. Segundo Mészáros (Idem, p. 100), essa é a sua “determinação mais profunda”.

Em contrapartida, o que deveria ser um dinamismo constante e que fortalecesse cada vez mais esse princípio do capital, também contém o seu limite tendo em vista que se esse sistema for “emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação” terá “conseqüências devastadoras” (Ibidem, p. 100). Ou seja, o sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento revelando certa “normalidade” destas crises. Não obstante, essas “perturbações” também podem se caracterizar como implicações de ordem “sistêmica”, ou melhor, “estrutural”, o que nas palavras do referido autor representa uma crise que “afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2009, p. 100).

Seria muito contraditório compreender que um sistema de produção contivesse os próprios elementos da sua inviabilidade e necessidade de substituição por outro modo de produção. Mas nos moldes do capitalismo, isto é possível fundamentalmente porque num contexto de crise estrutural do capital os seus elementos “destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (MÉSZÁROS, 2009, p. 100).

Nesta perspectiva, Mészáros assevera que “não há nada especial em associar-se capital a crise”, pois estas crises são “o modo *natural* de existência do capital”, caracterizam como “maneiras de progredir para além das suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Assim, mesmo que contraditoriamente, “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises” (Idem, p. 795).

Ao analisar a crise estrutural do capital que vivenciamos desde a década de 1970, Mészáros afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos, quais sejam: possui um caráter universal que não se restringe a uma esfera particular; seu “alcance é verdadeiramente global” sendo que atinge todos os países; sua escala de tempo é “extensa, contínua”, ou melhor, é “permanente” em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período; seu “modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante”.

Há que se destacar o caráter de severidade da crise estrutural, pois esta se aprofunda cada vez mais e tem em seu bojo critérios que se baseiam principalmente em afetar a *totalidade* “de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (Idem, p. 797). Aí reside a diferença da crise estrutural à cíclica tendo em vista que esta só atinge algumas partes do complexo social e àquela altera substantivamente a totalidade do sistema do capital. Nesses moldes, a crise estrutural tem a possibilidade de “pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”, daí a sua severidade em relação às partes do complexo que são atingidas pela crise.

Nesse momento, é preciso entender que o sistema do capital possui limites que podem ser relativos ou absolutos. Mészáros (Idem, p. 103) afirma que os *limites relativos* são os que o capital “redefine e estende” e através dos quais consegue seguir adiante sob diferentes circunstâncias para “manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente”. Em outra passagem, Mészáros (Idem, p. 175) diz que estes limites relativos do sistema do capital são os que “podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva [...] da ação socioeconômica” conseguindo temporariamente tornar mínimos “os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura” para garantir o funcionamento do sistema capitalista.

No que concerne aos *limites absolutos*, Mészáros (Idem, p. 175) assegura que são aqueles que de maneira inevitável põem “em ação a própria estrutura causal” do capitalismo implicando na sua crise estrutural e, por conseguinte, no risco da sua própria sobrevivência enquanto modo de reprodução. Sendo assim, Mészáros identifica que:

Somente quando os limites absolutos das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana da baixa eficiência e da assustadora insuficiência da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 103).

Portanto, a atual fase do capitalismo “ameaça privar o sistema do capital em geral de sua *raison d'être* histórica” (Ibidem, p. 104). O ponto central para entender a crise estrutural é que ela “reside dentro e emana das três dimensões internas” do capital que consistem na produção, no consumo e na circulação/distribuição/realização. Conforme Mészáros (Ibidem, p. 798), estas dimensões tendem a se “fortalecer e a se ampliar por um longo tempo” provendo a reprodução do capital. Essa tríade consiste no mecanismo de auto-expansão do capital e possui uma “unidade contraditória” e enquanto estiver funcionando não pode haver qualquer crise estrutural. Ou seja, a crise estrutural pressupõe a alteração na totalidade desse compósito do capital em todas as suas dimensões visto que cada uma delas possui seus limites absolutos e estes interagem entre si. Por exemplo, os limites absolutos da produção são “expressos pelos meios e materiais de produção”.

Nesses termos, a crise estrutural do capital significa que “a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores”. Ela inclina-se a “romper o processo normal de crescimento” e também “pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (Idem, p. 799).

Em plena concordância com o pensamento de Mészáros (2009, p. 98) compreendemos que o capital é “um modo de controle que se sobrepõe a tudo mais”. Dessa forma, tudo deve se subordinar absolutamente ao capital, a exemplo de “todas as necessidades e aspirações humanas” (Idem, p. 800). A crise do capital possui um caráter destrutivo e afeta todas as esferas de atividades e o conjunto de relações humanas, produzindo “conseqüências desumanizadoras”. Baseando-se nessa premissa, podemos dizer que a crise estrutural do capital evidencia as contradições do sistema capitalista e o seu caráter antagonico, onde quanto mais se trabalha, mais se intensifica a miséria do trabalhador. O contexto atual permeado pela crise estrutural do capital explicita as manifestações da “questão social” no real, a exemplo das conseqüências analisadas abaixo.

Atualmente a lógica perversa do capital é indicada pela “devastação sistemática da natureza” e pela “acumulação contínua do poder de destruição”. Sobre isto, Mészáros (Idem, p. 801) afirma que “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis de milhões de famintos”. É imperativo ressaltar que esse cenário ocorre mundialmente, sem distinção entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

O capital gera o conflito geracional crescentemente opondo jovens e velhos de acordo com as necessidades de acumulação. Os seres humanos são expostos à negação da oportunidade de trabalho e tornado “absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital”. Segundo Mészáros (Ibidem, p. 802), “o grupo etário da ‘geração útil’ está encolhendo para uma faixa entre 25 e 50 anos, opondo-se *objetivamente* às ‘gerações indesejadas’, condenadas

pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade". Nesse sentido, o capital "pode produzir somente as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do indivíduo social autônomo, de modo a negá-las imediatamente", quando ocorrem as crises que lhe são inerentes.

Mais adiante, o autor considera que o capital manifesta suas contradições. Nesse sentido, ressaltamos que o capital "tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua 'cultura jovem' e a arruína"; "ajuda a liberar as mulheres para melhor poder explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente 'flexível'" (Ibdem, p. 802).

O desemprego aumentou de forma significativa na sociedade capitalista no século XX atingindo todos os tipos de trabalhadores do mundo em uma escala crescente e sem limites. Segundo Mészáros (2009, p. 225), o desemprego em massa é a "mais grave das doenças sociais" e vem assumindo "proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista". Assim, os parâmetros do desemprego agravam-se com a crise estrutural do capital, ocasionando o aumento de outros problemas sociais e econômicos, como a pobreza, a violência, a redução do padrão de vida dos trabalhadores, a flexibilidade do trabalho e, com ela, a intensificação da precarização da força de trabalho que buscam a todo custo uma maior exploração do trabalho.

Nesse panorama de crise estrutural do capital, abrem-se as "potencialidades objetivas" de outra forma de sociabilidade em que o princípio determinante não seja a exploração de um homem por outro com vistas a acumulação e a expansão do capital. Nesse caso, estamos falando da necessidade de fortalecer a validade da ofensiva socialista na contemporaneidade em meio às conseqüências da crise estrutural do capital que vivenciamos no cotidiano. Para Mészáros (2009, p. 789), aquelas potencialidades são "inerentes à crise estrutural do próprio capital". Nessa direção, é condição premente que se acentue e ultrapasse sua contradição principal: "a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar essa potencialidade em *realidade*" (Idem, p. 789). Mészáros afirma que é necessário fortalecer as lutas ofensivas em conformidade com os fundamentos socialistas em detrimento das lutas meramente defensivas que são essencialmente reformistas, pois não alteram a ordem estabelecida.

Nesse direcionamento, concordamos com Mészáros (Ibdem, p. 216-217) ao afirmar que "todo sistema de reprodução sociometabólica tem seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente". Por conseguinte, com a ativação desses limites absolutos está posta a determinação contemporânea e urgente de "superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico", principalmente diante do poder destrutivo do capital e dos graves problemas que atingem a humanidade.

Em contraposição ao argumento dominante da ausência de alternativas ao capital com seu caráter insuperável, Mészáros (2009, p. 220) nos permite a certeza da possibilidade real do fim desse perverso sistema capitalista ao enfatizar que o termo *limites absolutos* "não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido". O referido autor destaca que tais limites são absolutos "apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico".

Este pensador (Idem, p. 220) garante a centralidade da classe trabalhadora no processo de transformação da ordem capitalista ao dizer que "vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional". Deste modo, elucida a possibilidade histórica de outro rumo para a sociedade atual que requisita a "luta para superar os ameaçadores limites absolutos do sistema do capital" que, conseqüentemente, "tende a determinar os planos históricos no futuro previsível" (Ibdem, p. 221).

A ativação dos limites absolutos do capital permite a ativação do espectro da incontrolabilidade total e destrutiva do capital enquanto sistema reprodutivo social. Assim, fazem com que as "condições necessárias para assegurar e manter o bom funcionamento do sistema" escape "ao controle do capital" (Ibdem, p. 226).

As expressões da ativação dos limites absolutos do capital representam um "conjunto de grandes contradições" próprias ao sistema do capital. As questões discutidas por Mészáros são: o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital transnacional e os Estados nacionais; a destruição e devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres; e o desemprego crônico.

Mészáros (Ibdem, p. 226) explicita que "esses limites absolutos do sistema do capital ativados nas atuais circunstâncias" são "inerentes à lei do valor". Em seguida lembra que não obstante esses "quatro conjuntos de determinantes" terem sido positivos para a "expansão dinâmica" e ao "avanço histórico do capital", eles já "não podem mais continuar sendo positivamente sustentados". Sobretudo porque devido à "ameaça da incontrolabilidade do capital" nas condições atuais eles "já não representam apenas uma *ausência*", mas "um *impedimento atuante* para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital" (Mészáros, 2009, p. 227).

Corroboramos com a tese de Pimentel (2007, p. 132) ao considerar que "ao expor os limites absolutos do capital, Mészáros acaba por revelar expressões das refrações da 'questão social'" em tempos de crise estrutural do capital.

Assim, o desemprego, a luta das mulheres, a destruição da natureza e a relação entre o capital global e os Estados nacionais revelam manifestações da “questão social” em tempos de crise estrutural do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “questão social” em tempos de crise estrutural do capital só pode ser entendida a partir do seu conjunto de causalidades baseado na lei geral da acumulação capitalista, na criação da superpopulação relativa e no pauperismo. A partir dessa premissa, podemos chegar a importantes conclusões que devem ser vistas como apreciações iniciais sobre o tema.

Primeiramente concluímos que a produção capitalista é fundamentada na acumulação do capital que é gerada através da mais-valia advinda da exploração da força de trabalho. Assim, quanto maior a acumulação e o índice de mais trabalho, o capital altera a sua composição e passa a liberar trabalhadores, dando origem a uma superpopulação supérflua. Nesse processo, à medida que há o crescimento da acumulação do capital, ocorre também o crescimento da acumulação de pobreza. Nesse sentido, a superpopulação relativa inclui a produção do pauperismo. Tais aspectos configuram a lei geral da acumulação capitalista, onde quanto maior a riqueza, maior o exército de reserva, a miséria e o pauperismo. Diante disso, percebemos que essa é a base econômica do conjunto de causalidades da “questão social” que é determinada pela lei geral da acumulação capitalista mediante a superpopulação relativa e o pauperismo. Portanto, a “questão social” diz respeito ao conjunto de expressões das contradições do sistema do capital.

Com o desenvolvimento do capitalismo a “questão social” se agrava e assume maiores proporções diante das atuais características desse sistema e da sua crise estrutural, que explicita as manifestações da “questão social” no real, com destaque para a maior pauperização e a criação de outros problemas sociais e econômicos.

Entendemos que a crise estrutural afeta a totalidade do sistema do capital em suas dimensões internas (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), rompendo com o processo de crescimento e evidenciando suas contradições. A partir da análise de Mézáros, verificamos que o capital subordina todas as esferas da vida social, por conseguinte, traz conseqüências para a “questão social” em nível mundial a partir do aumento significativo da fome; dos conflitos geracionais entre jovens e velhos; da liberação das mulheres para uma maior exploração; e do desemprego, que acarreta na redução do padrão de vida e na flexibilidade e precarização do trabalho, ou seja, na maior exploração daqueles que estão inseridos no exército ativo de trabalhadores.

Por fim, concluímos que no contexto da crise estrutural a ativação dos limites absolutos do capital ativa o caráter de destrutividade desse sistema, havendo o acirramento de vários problemas existentes no seio da sociedade capitalista e indicando a impossibilidade de suprimi-los sem alterar a forma de sociedade em vigor. Desse modo, elucidamos a atualidade da ofensiva socialista bem como da centralidade da classe trabalhadora nesse processo em busca da transição para outra ordem societária onde não exista exploração do trabalho e as bases econômicas para a “questão social”.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. n. 3. Brasília: ABPESS, Grafile, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. n. 3. Brasília: ABPESS, Grafile, 2001.

_____; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTEL, E. **Uma “nova questão social”?**: raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTOS, E. P.; COSTA, G. M. Questão social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. In: **Ágora**. ano 2. n. 4. 2006. Disponível em: www.assistentesocial.com.br

Mestra em Serviço Social (UFAL); Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas; Membro do grupo de pesquisa “Trabalho e Reprodução Social”, da UFAL. Estudante da Especialização em Educação Ambiental com ênfase em espaços educadores sustentáveis da Universidade Federal de Sergipe.

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 20/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Chartort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: